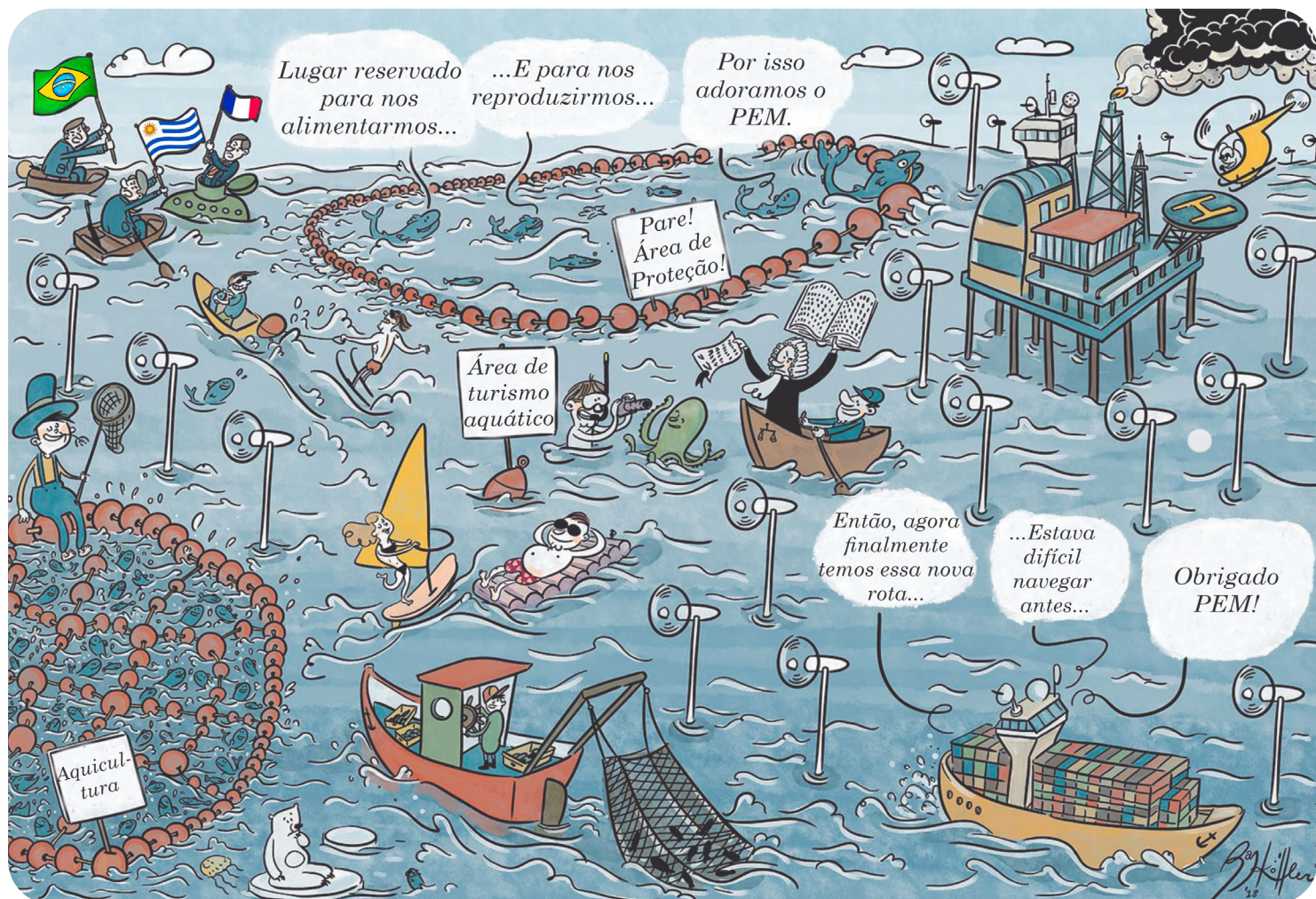


## Planejamento Espacial Marinho recebe apoio do BNDES



Conservação e uso racional dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

No dia 25 de fevereiro de 2022, foi firmado o Acordo de Cooperação nº D-121.2.0005.22 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a União Federal, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM, para viabilizar, apoiar e acompanhar estudos técnicos voltados à implementação de Projeto-Piloto do Planejamento Espacial Marinho (PEM) na região marinha do Sul do Brasil.

Segundo a UNESCO, o PEM é um “processo público de análise e alocação da distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas, para alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais que geralmente foram especificados através de um processo político”. Neste contexto, considera-se que o PEM é uma maneira prática de criar e estabelecer o uso mais racional do espaço marinho e as interações entre seus usos, equilibrando as demandas de desenvolvimento com a necessidade de conservar o meio ambiente e oferecer recursos sociais e resultados econômicos de forma

aberta e planejada.

Nos últimos anos, o tema ganhou relevância e projeção nacional e internacional, a ponto de o Brasil assumir, durante a Conferência da ONU para os Oceanos em 2017, o compromisso voluntário de implantar o PEM na Amazônia Azul até 2030. Adicionalmente, o PEM constitui uma das Ações do X Plano Setorial para os Recursos do Mar (X PSRM), assinado pelo Presidente da República, em cerimônia no Palácio do Planalto e publicado pelo Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020, Dia Nacional da Amazônia Azul. O projeto de implementação do PEM no Brasil está subdividido em quatro etapas, que desenvolver-se-ão ao longo de sete anos, a um custo estimado total de R\$ 30 milhões.

O Projeto-Piloto em tela constitui a primeira das quatro etapas. Dentre os principais benefícios para a sociedade da implantação do PEM destacam-se: a governança; a geração de emprego e renda; a redução de conflitos; a conservação do meio ambiente; e a segurança jurídica para investidores nos empreendimentos marinhos.

### Órgãos que compõem o Comitê Executivo “PEM”

I - Coordenador:

Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

II - Membros:

Casa Civil da Presidência da República;

Ministério da Defesa;

Ministério das Relações Exteriores;

Ministério da Economia;

Ministério da Infraestrutura;

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Ministério da Educação;

Ministério da Cidadania;

Ministério da Saúde;

Ministério de Minas e Energia;

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

Ministério do Meio Ambiente;

Ministério do Turismo;

Ministério do Desenvolvimento Regional;

Estado-Maior da Armada;

Diretoria-Geral de Navegação;

Diretoria de Portos e Costas;

Diretoria de Hidrografia e Navegação;

Centro de Hidrografia da Marinha;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Serviço Geológico do Brasil; e

Programa de Geologia e Geofísica Marinha.